


ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS DE ‘FAZER NADA’ E REFLEXOS DERIVATIVOS DELE

**SOME THEORETICAL ASPECTS OF 'DOING NOTHING' AND DERIVATIVE
REFLECTIONS FROM IT**

**ALGUNOS ASPECTOS TEÓRICOS DE ‘NO HACER NADA’ Y SUS REFLEXIONES
DERIVADAS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-008>

Data de submissão: 02/12/2025

Data de publicação: 02/12/2025

Estanislau Alves da Silva Filho

Doutor em Psicologia Clínica

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: stani-asf@hotmail.com

Raonna Caroline Ronchi Martins

Doutora em Psicologia Clínica

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: raonnacrm@gmail.com

Miriam Debieux Rosa

Doutora em Psicologia Clínica e Livre-docente

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: debieux@terra.com.br

Ivan Ramos Estevão

Doutor em Psicologia Clínica

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: irestevao@usp.br

RESUMO

O presente trabalho se dedica a uma investigação acerca de elementos teóricos relativos ao fazer social, desde um ângulo psicanalítico. Se inicialmente apresenta uma reflexão reduzida desde uma tese sobre “fazer nada”, retorna em segunda volta no esforço de repercutir um desenvolvimento consequente deste “nada fazer”, transcorrendo sobre uma conceituação de tessitura social e seus componentes. Um ‘fazer nada’ que se vincula por entrelinhas muito mais a um não agir de modo protocolar, utilitarista e adoecedor, afetado tanto pelas reflexões de Walter Benjamin que nos apontava o dedo a todos dizendo ‘vocês trabalham para o fascismo!’ – como fazer para não trabalharmos?, nos devolveria Agamben –, quanto pelo inarredável ‘ócio criativo’ de um Domenico de Masi, crítico da idolatria pelo trabalho que ignora liberdades e subjetividades. Interessa-nos evidenciar alusivamente tais conteúdos, mas demonstrando objetivamente a importância e a potência da convivência e do tempo livre, estes sim efetivos remédios contra mal-estares civilizatórios – conquanto aqui pensamos em intervenções clínico-políticas em territórios, quer seja, em práticas de cuidado em atendimentos com pessoas em desproteção social. Na luta por direitos humanos.

Palavras-chave: Psicanálise. Política. Territórios Vulnerabilizados. Instituição.

ABSTRACT

This work is dedicated to an investigation of theoretical elements related to social action, from a psychoanalytic perspective. While initially presenting a concise reflection based on a thesis about "doing nothing," it returns in a second phase to explore a consequent development of this "doing nothing," unfolding through a conceptualization of social fabric and its components. This "doing nothing" is linked, implicitly, much more to a non-acting in a protocol-driven, utilitarian, and debilitating way, affected both by the reflections of Walter Benjamin, who pointed the finger at us all saying, "You work for fascism!" – as Agamben would later ask, "How can we avoid working?" – and by the inescapable "creative idleness" of Domenico de Masi, a critic of the idolatry of work that ignores freedoms and subjectivities. We are interested in allusively highlighting such content, but objectively demonstrating the importance and power of coexistence and free time, which are indeed effective remedies against civilizational ills – although here we are thinking of clinical-political interventions in territories, that is, in care practices in services with people in situations of social vulnerability. Fighting for human rights.

Keywords: Psychoanalysis. Politics. Vulnerable Territories. Institution.

RESUMEN

Este trabajo se dedica a la investigación de elementos teóricos relacionados con la acción social desde una perspectiva psicoanalítica. Si bien inicialmente presenta una reflexión concisa basada en una tesis acerca del "no hacer nada", en una segunda fase explora el desarrollo consecuente de este "nada hacer", desplegándose a través de una conceptualización del tejido social y sus componentes. Este "no hacer nada" se vincula, implícitamente, mucho más a una acción no protocolaria, no utilitaria y no debilitante, influenciada tanto por las reflexiones de Walter Benjamin, quien nos señaló a todos diciendo: "¡Trabajan para el fascismo!" — "¿Cómo podemos evitar trabajar para él?" Agamben nos preguntaría más tarde —, como por la ineludible "ociosidad creativa" de Domenico de Masi, crítico de la idolatría del trabajo que ignora las libertades y las subjetividades. Nos interesa destacar alusivamente dicho contenido, pero demostrando objetivamente la importancia y el poder de la convivencia y el tiempo libre, que son remedios eficaces contra los males de la civilización, aunque aquí pensamos en intervenciones clínico-políticas en territorios, es decir, en prácticas de atención en servicios con personas en situación de vulnerabilidad social. En la lucha por los derechos humanos.

Palabras clave: Psicoanálisis. Política. Territorios Vulnerables. Institución.

1 INTRODUÇÃO

*“Às vezes é difícil manter um percurso equilibrado entre o não fazer nada e o fazer alguma coisa.”
Winnicott, em 26 de maio de 1966 (WINNICOTT, 2005, p. 189)*

A não realização compulsória de incumbências possibilita a realização de um incontável número de atividades necessárias – geralmente não vistas como tais. Agendas rígidas e fixas, inseridas numa lógica de massiva dedicação à comprovação de resultados (como produtos e dados estatísticos de eficácia de projetos), facilmente inviabilizam e invisibilizam dimensões humanas e institucionais, pessoais e sociais, todas cruciais para a própria benesse de empreendimentos almejados. A tessitura social, regenerada, criada ou desenvolvida, é mesmo eficaz em si. Estas são as teses aqui expressas e defendidas, com o objetivo pontual e necessário de expandir e dissecar cada uma dessas ideias, a fim de matizá-las e enriquecê-las teoricamente, buscando um desdobramento que vá além da mera apresentação específica. Um trabalho bibliográfico e ensaístico, de caráter reflexivo, concebido precisamente como ‘humanas’, mais bem, como humanidade.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO – UM TRABALHO INSPIRADO

Ao longo dos anos uma série de projetos e dispositivos sociais e governamentais se engajou nos trabalhos com as populações viventes da região reconhecida como “Cracolândia”. Entre os períodos de 2014 e 2016, por exemplo, poder-se-ia citar: Projeto Oficinas, Casa Rodante, SEAS Santa Cecília, trabalhadores, estagiários e voluntários do Programa De Braços Abertos, (Instituto CECAP Plantarte e Missão Urbana Brasil), CAPS AD Prates, CAPS AD Sé, Projeto Recomeço - Unidade Helvécia, ONG Centro de Convivência É de Lei, Ação Educativa, Cia Mugunzá de teatro, Museu da Energia de São Paulo, entre outros estudiosos e pesquisadores da região. Mas algo sempre nítido e sentido naquele território, outrora mais firmemente pousado nos entornos da Luz, fora o sofrimento e a angústia dos profissionais das diversas instituições que ali se aplicavam, comumente derivados diretamente da atuação individualizante e burocratizada, incorrendo-se em dinâmicas de solidão e desamparo. Claro, isto do ponto de vista dos agentes, já que a população atendida igualmente poderia se sentir desatendida, fragmentada que ficava nas diferentes pastas que faziam mais deixar ‘isso aqui se cuida aqui, aquilo em acolá’, ‘eu cuido disso e não daquilo’, ‘minha parte é só até aqui’ – o que não seria exatamente um problema desde que não ocorresse certo esquecimento de certos sofrimentos.

Pormenorizadas e detidas descrições com discussões e longos casos bastante delineados acerca desse âmbito todo podem ser lidas na tese ““Fazer nada” como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios”, de Raonna Caroline Ronchi Martins, sob orientação da Profa Dra Miriam Debieux Rosa, defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (MARTINS, 2021)

e que nos serve amplamente de substrato para discussões e derivações aqui. De fato, de lá, poderíamos recortar para ilustrar:

Fulano (trabalhador de um dos equipamentos da região) ao passar pela mesa improvisada por nós (Projeto Oficinas) no meio da Rua Helvetia, chegava, sentava e aos poucos começava a comentar sobre a vontade que tinha de fazer outras atividades com os usuários que não aquelas impostas a ele em sua respectiva instituição, falava da sua insatisfação, de não se sentir realizado profissionalmente, que não acreditava em seu trabalho da forma como era convocado a atuar.

Cicrano (trabalhador de outro equipamento da região) trazia tais problemáticas também e, sem nem saber, chegava inclusive a usar as mesmas palavras de Fulano. Fulano não sabia de Cicrano. Cicrano não sabia de Fulano.

Eles – Fulano e Cicrano –, de diferentes perspectivas, estavam dizendo e vivendo coisas muito semelhantes. Mas eles achavam que não. Aliás, eles sequer consideravam que era possível ter um canal de diálogo mútuo. *“Não dá pra conversar com gente que pensa assim e assado”*, dizia um funcionário da antiga Tenda De Braços Abertos.

Fulano trabalhava no Redenção e *“É impossível falar com eles”*, *“Eles acham que a gente, por trabalhar com internação, não sabe o que é redução de danos”*. Cicrano trabalhava na Tenda De Braços Abertos e dizia *“Já tentamos conversar com essa galera e realmente não dá...”*, *“Teve um dia, numa reunião que pelo amor de Deus, só falam de internação, não param de falar, não escutam ninguém”*. *“Mas será que tem a ver com o espaço da reunião? Imagina se vocês conversassem num bar? Você não acha que seria diferente?”* – indagou um dos integrantes do Projeto Oficinas à Cicrano. Essa pergunta foi acompanhada de risadas de todas as partes. Fulano contava que era muita coisa para fazer. Além de atender as crises dos usuários, tinha que lidar com a ansiedade de juízes e promotores que queriam tudo para ontem; autoridades cujos pareceres e respostas podiam demorar anos, enquanto as dele, nem cinco minutos (MARTINS, 2021, p. 82).

A tese segue mesmo nuançando os trabalhos da profissional envolvida e tantos mais no território, apresentando enfaticamente dificuldades entretidas, bem como algo da estratégia de abrir espaços para trocas outras, mais livres e menos rígidas. Bem, é a nível deste último ensejo que nos ocuparemos no presente desenrolar, no esforço de “nada” teorizar, isto é, teorizar “nadas”, para depois retomar em reflexões certas consequências a se teorizar disso.

2.1 TEORIA DE NADA (ENTRECORTES E REDIZERES)

BION *Não estou entendendo.*

EU MESMO *Talvez eu possa ilustrar com um exemplo tirado de algo que você conhece. Imagine uma escultura que é mais fácil de ser compreendida se a estrutura é planejada para funcionar como uma armadilha para a luz. O significado é revelado pelo padrão formado pela luz assim capturada - não pela própria estrutura, ou pelo trabalho de escultura em si. O que eu estou sugerindo é que, se eu pudesse aprender a falar com você de maneira tal que minhas palavras "capturassem" o significado que elas não expressam nem poderiam expressar, eu poderia me comunicar com você de um modo que no presente não é possível.*

BION *Como as "pausas", numa composição musical?*

EU MESMO *Um músico certamente não negaria a importância dessas partes de uma composição, nas quais nenhuma nota soa; porém, resta uma imensa quantidade de coisas por serem feitas além do que se pode conseguir por meio da arte hoje disponível e de seus procedimentos tradicionalmente estabelecidos de silêncios, pausas, espaços em branco, intervalos. A "arte" da conversa, do modo como é conduzida como parte do relacionamento*

conversacional da psicanálise, requer e demanda uma extensão no domínio da não-conversa (BION, 1989, p. 202-203).

Como dizer que fazer nada não é ‘fazer nada’? Ou que fazer coisas paralelas, facilmente tidas como ‘fazer nada’, não são ‘nada fazer’? Silêncios fazem parte da música em nada menos do que todas as notas de uma partitura. Sem os intervalos, não há música, ou ao menos se empobrece profundamente o funcionamento harmônico. Não é necessariamente caso de fazer um silêncio contínuo como o do compositor e teórico musical John Cage. Ou seria? Enfim, é mesmo o caso de se olhar tecnicamente para as partes que não são as notas marcadas nas partituras, não são a parte de resultados e práticas simplesmente positivadas numa instituição ou trabalho prático. De fato, isso sequer é grande novidade. Há tempos dispomos de textos como o psicanalítico-institucional de René Roussillon (1991), intitulado “*Espaços e práticas institucionais: quarto de despejo e o interstício*”, o qual nos interessa aqui em partes retomar.

Roussillon (1991 *apud* MARTINS, 2021) assume que em qualquer dinâmica grupal-institucional existem os funcionamentos oficiais e os oficiosos – “a vida institucional é então dupla, uma parte ‘oficial’, uma parte ‘oculta’” (ROUSSILLON, 1991, p. 144) –, já que se haveria a dimensão do instituído, do pensado para tal, também existiria algo do não ‘planejado’, quem sabe até do ‘não-desejado’, seguindo paralelamente mas com igual relevância ou ‘determinância’ sobre o funcionamento geral (algo sobredeterminante, ou mutuamente determinante):

Aquilo que não pode se oficializar na estrutura institucional, fazer-se reconhecer, encontrar forma coletivamente aceitável deve encontrar um modo de existência individual e grupal [...]. Ao lado da instituição estruturada organizam-se, portanto, funcionamentos institucionais atípicos (atípicos – utópicos) – intersticiais – nos quais se localiza aquilo que não pode se inscrever em outra parte. Esses processos grupais podem intensificar processos estruturados, apoiando-se ou contrapoiando-se sobre esses, ou ao contrário, insinuar-se entre os espaços-tempos institucionais estruturados (ROUSSILLON, 1991, p. 134-135).

Noutras palavras:

René Roussillon (1987/1989) nos oferece um debate interessante sobre os destinos dos resíduos do processo de simbolização na instituição. Para ele, “O não-mentalizado, o informe, também está à cata de lugares onde “depositar-se”, à cata de espaços onde “colocar-se em reserva”, em latência” (ROUSSILLON, 1987/1989, p. 134). O depósito no enquadramento é apenas um (provavelmente o mais feliz aos homens) dos destinos destes restos. Roussillon indica como, por eles, reuniões podem perder sua função, bodes expiatórios serem formados etc. O autor concebe a possibilidade de um tratamento de partes destes “resíduos” à medida que o sofrimento que implicam exige trabalho psíquico, mas, de todo modo, deveremos poder conviver com eles em maior ou menor grau (CASTANHO, 2012, p. 103).

Dois nomes o autor escolheu para dois destes espaços diversos: ‘quarto de despejo’ e ‘interstício’. O primeiro poderia ser descrito mais como um espaço para o ‘lixo’, talvez para a bagunça, com as implicações psicológicas da importância de se haver algo do tipo – por vezes as pessoas precisam desafojar, descarregar raivas, trazer à tona angústias; algo que, em termos psicanalíticos, Donald Meltzer (1971, p. 34) já abordara sob a alcunha de “seio-latrina” (latrina de privada mesmo), por exemplo, explicando sobre a importância da existência e disponibilidade de um objeto no mundo externo capaz dar continência a sofrimentos (Meltzer discorre sobre as relações mãe-bebê e mesmo sobre o processo psicanalítico, vislumbrando a importância de uma tal disposição no desenvolvimento humano, ficando os paralelos devidamente marcados). O segundo diria respeito mais a tudo o que se passa no ‘entre’:

Considerando em termos de espaço, o interstício designa os lugares institucionais que são comuns a todos, lugares de passagem (corredores, cantina, secretaria, pátio, salas dos enfermeiros, dos professores, entradas de gabinetes, etc.). São lugares de passagem, ainda que aí se possa demorar, lugares de encontro, dos momentos de folga entre duas atividades institucionais definidas, estruturadas e vividas como tais. Pode acontecer que esses lugares se encontrem fora dos muros da instituição – “bar da esquina”, restaurante onde se encontram todos ou parte dos membros da instituição [...]. Definido em termos de tempo, o interstício é o que separa a duração do trabalho considerado em termos jurídico-econômicos (“quarenta horas de trabalho”, por exemplo), do tempo efetivamente gasto na realização de um trabalho vivido subjetivamente como tal, ocupado nas atividades estruturadas no seio da instituição. Esse tempo pode ir de alguns minutos a algumas horas, de acordo com as instituições e o seu grau de rigidez organizacional. O interstício [...] é vivido como uma extra-territorialidade; pertence a todos, ainda que nem todos se sintam necessariamente como em sua própria casa (ROUSSILLON, 1991, p. 140).

Direto ao ponto: “o interstício, tal como a câmara de escape dos submarinos, é o espaço-tempo no qual se realizam, de maneira espontânea, os renivelamentos psíquicos e as regulações de tensões energéticas que supõem” (ROUSSILLON, 1991, p. 141). Ele “se dá como um tempo de extra-territorialidade em que todos são tentados a diminuir a vigilância profissional, a ‘diminuir a vigilância’: o caráter amigável, convivial, das atividades que aí se desenrolam convidam a isso” (ROUSSILLON, 1991, p. 147), o que levaria mesmo à pergunta: o interstício seria “um lugar de trabalho ou um espaço privado? O valor regulador do interstício institucional prende-se à impossibilidade de se resolver essa questão” (ROUSSILLON, 1991, p. 143). Trata-se mesmo de um paradoxo, bastante inspirado na transicionalidade winnicottiana, onde a ambiguidade do status dos processos que ali se desenrolam é fundamental. Agora, se será um espaço para ‘tratamento de resíduos’, um local para ‘louca evacuação’, ‘mera brincadeira’, certamente caberá analisar caso a caso, considerando-se a ‘prática intersticial’ bastante delicada. O fato é que dependendo das qualidades destes espaços (que existem, então – vale dizer –, independente da vontade dos responsáveis por uma instituição), os funcionamentos

institucionais poderão ficar ou comprometidos (disfuncionais), ou poderão ser lubrificados, sendo tais espaços possivelmente o justo co-apoio desde o qual a instituição estruturada se sustenta. Quer dizer, “se o interstício mantiver a sua função transicional, impedindo a ruptura da rede de identificação inter-individual, haverá mesmo uma vinculação entre os indivíduos” (MARTINS, 2021, p. 102), resultando em comportamentos que “estabelecem pontes, confortam narcisicamente, permitem arranjos contrafóbicos, evitam um sentimento muito doloroso de solidão” (ROUSSILLON, 1991, p. 144), entre mais.

Consegue-se conceber a importância daquilo que não é o estruturado, o instituído, o enquadrado? Daquilo que é não obrigado, não obrigatório? Que foge das hierarquizações mais óbvias e drásticas? “A posição ‘à margem da hierarquia’ que muitos psicólogos ocupam” é mesmo crucial (ROUSSILLON, 1991, p. 140), permitindo e possibilitando inserções e interlocuções profundamente diferenciadas.

Segundo Martins (2021), muito do trabalho realizado no Projeto Oficinas empreendido ali na “Cracolândia” tinha seu inicial impacto simplesmente num ‘fazer nada’ conjugado

seja na instalação de uma roda de samba, ou de uma mesa com cadeiras para se sentar, num pátio ou no meio da rua – mas era ali que começava o contato das pessoas com as pessoas, dos funcionários com os funcionários. Contatos de qualidades diversas, ora difíceis, ora mais amigáveis, mas acima de tudo, contato. Pessoas que não se tocavam, ali poderiam se tocar. (Nós, do Projeto Oficinas) Tínhamos liberdade de poder convoca-las para isto. Tínhamos liberdade de ‘fazer nada’, coisa que o geral dos funcionários ali envolvidos, em geral, não tinham – sobrecarregados que estavam com seus afazeres e deveres diretos. O clima de cobrança simplesmente conseguia, por vezes, inibir e inviabilizar a execução da própria tarefa para a qual aqueles profissionais eram contratados. E se (nós, do Projeto Oficinas) tínhamos também a função de fazer funcionar os atendimentos aos usuários, pudemos ir vendo a importância crucial da integração maior dos próprios profissionais com os usuários. Que tais pessoas (nós inclusos) se relacionem entre si não só em uma dinâmica contratual ou hierárquica, era algo que fluidificava relações e funcionamentos. Por vezes como um lubrificante social que permitia trocas outras, em resgate de um tecido social (MARTINS, 2021, p. 103).

Assim, retomando os paralelos psicanalíticos:

Ao enunciar minha tese, como muitas vezes aconteceu, descubro que ela é muito simples e poucas palavras se tornam necessárias para abranger o assunto. A psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é (WINNICOTT, 1975, p. 59).

É mais que importante dirigir esforços para a criação de uma tal condição, de uma sobreposição amistosa dessas e não apenas numa dinâmica terapêutica. Como diz Martins (2021, p. 104) “um

interstício pode ser não só ‘já’ um trabalho, como ser ‘o’ trabalho propriamente dito. Dar espaço e voz a ódios ou angústias é já grande coisa”. De preferência que não sejam meros depósitos de segredos e enquistamentos, mas que o que surja lá nessas ‘ocupações’ possa vir a ser retomado num âmbito oficial posterior. Potencialmente um lugar onde a posição de ‘extimidade’ de um profissional possa operar, não só marginal ou periférico, mas num dentro que não é não-fora; ou num fora que não é não-dentro. Um dentro que não é simples dentro. Um dentro desde fora (igual, mas singularmente, íntimo e exterior). A versão lacaniana ex-sistente difere da winnicottiana transicional, mas seguem os insights psicanalíticos: Ratti & Estevão (2015) frisaram – em seu artigo intitulado “*Instituição e o ato do psicanalista em sua extimidade*” – que é o justo exercício de extimidade na instituição que viabiliza a “mobilidade para agir e deslocar a(s) questões(s) para algo construtivo”, salientando que “a posição de analista enquanto êtimo não é algo exclusivo do setting analítico (o consultório)”, já que justamente “o discurso psicanalítico tem efeitos para além desse setting, se houver alguém que o suporte tanto como agente do discurso, como também no campo singular” (RATTI & ESTÊVÃO, 2015, p. 7).

Vale frisar que não é intento algum promover a tão específica postura psicanalítica no âmbito dos empreendimentos mais gerais do mundo, mas tão somente, com tais ‘paralelos’ anunciar-se a qualidade e relevância de espaços notadamente distintos dos mais corriqueiros e bem enquadrados, como evidenciar que saberes do trabalho e saberes do ócio andam juntos e são bastante indissociáveis. Não é o mesmo que ócio produtivo, ainda que isso bem pudesse se aventar. Concomitantemente, para Roussillon (1991, p. 149): “A intervenção no seio do interstício deve assumir a forma de uma certa implicação pessoal, ela só será ‘profissional’, este é seu paradoxo, na medida em que não se formular como tal” (a prática intersticial não poderia se definir como uma prática profissional ainda que seja uma prática de profissional). Mas, como se repergunta Martins (2021, p. 105) ao final de suas reflexões: “como mostrar para quem está na lógica do ‘empreendedorismo’ neoliberal, que promete fazer aquilo que nem tem como fazer, que seria necessário incluir outras coisas para se atingir o objetivo intentado?”.

2.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE DINÂMICAS GRUPAIS

Acontece que, sempre que um grupo ultrapassa um certo número de participantes, um mínimo de regras de trabalho se torna necessário e, inevitavelmente, a instituição se perfila. O instituído tende sempre a reprimir o instituinte. Mas é o instituinte que impulsiona a criatividade necessária à vitalidade (ZYGOURIS, 2020, n.p).

Eis uma questão inarredável sobre instituição:

Instituições, organizações – dá no mesmo – estão mortas. Permita-me colocar desse modo. Uma instituição comporta-se de acordo com algumas leis e regras – tem que fazer assim – e todas as leis organizacionais tornam-se rígidas e definitivas, como se fossem leis da física. Uma organização torna-se dura e inanimada, como esta mesa. [...] mas quem está dentro da instituição não está morto, pessoas se desenvolvem; algo vai ocorrer. Geralmente ocorre que as instituições (sociedades, nações, estados e assim por diante) fazem leis. A lei original constitui-se como casca, e então novas leis expandem a casca. Se fosse uma prisão material, poderia se esperar alguma elasticidade nas paredes. Caso organizações não sejam elásticas, desenvolverão uma casca dura; nenhuma expansão poderá ocorrer, pois a organização trancou-se a si mesma. [...] Quando uma organização não responde às necessidades humanas, há duas possibilidades: ou essa organização será destruída, ou o indivíduo será destruído (BION, 2017, p. 153-154).

“Odiar a casca, mas tê-la como necessária, é uma contradição inerente às configurações coletivas em geral. Não se deixar sufocar ou esmagar é parte de um esforço ético de um instituinte ou institucionalizado” (MARTINS, 2021, p. 106). Mas é óbvio que os ódios correntes não se direcionam apenas aos muros, legais ou continentais, sendo sua infiltração mais comum e potente a que toma vez no ódio entre as pessoas integrantes do com-junto.

Pessoas se odeiam (por vezes, com bons motivos). Faz parte da diferença humana. É algo com que se lidar. Também acumulam seus ódios e frustrações de funcionamentos sociais e constitucionais encarnando-os noutras pessoas. Isso igualmente não se vai evitar. Seria mesmo preciso reconhecer “o ódio como manifestação autêntica do sujeito em sua particularidade” (DIAS, 2012, p. 100):

Qual é o problema que vivemos na nossa civilização, particularmente com relação aos ideais cristãos? É que não pode haver comparecimento do ódio. Aliás, Freud deixa isso claro no texto sobre o antissemitismo. O que havia de ser esperado de uma civilização cristã é justamente o que não se encontra nela. Porque é como se toda manifestação de ódio tivesse de ser transformada em amor (DIAS, 2012, p. 100).

Se fosse só brincadeiras e festividades seria muito fácil. E se quer mesmo, a todo o custo, evitar hostilidades e desprazeres, calá-los, impedindo-os de vir à tona, geralmente se esperando o “bom” no lugar. Quer-se transformar ódios e agressividades em amor ou coisas boas? Bem disse Winnicott (2005): “A minha ideia é que qualquer tipo de sentimentalismo é pior que inútil. [...] Uma ideia sentimental é aquela que não deixa espaço algum para ódio ou, pelo menos, para a agressividade” (WINNICOTT, 2005, p. XXVIII). É preciso entender que o ódio não surge apenas em momentos específicos no tratamento de certos pacientes, mas que ele é parte cotidiana do trabalhar; mais, ainda: “[...] o ódio do trabalhador está contido na estrutura da relação profissional. De sua natureza finita, do fato de ser pago, etc.” (WINNICOTT, 2005, p. 170).

A questão seria justamente que lugar dar a isso? Como cuidar dessa dimensão? O ‘quarto de despejo’, ou “galpão”, descrito por Roussillon (1991) se proporia precisamente como um espaço ‘desses’, onde angústias e ódios receberiam voz sem ser ignorados, de modo que “o resto do

funcionamento institucional” poderá ser “relativamente preservado” (ROUSSILLON, 1991, p. 137). “Que seja um espaço, uma reunião, um ambiente em que se escutam as dores e vivências difíceis; que seja um desabafo, um momento de desabafo e ‘despejo’; que uma agressividade apareça, uma raiva surja e seja reconhecida” (MARTINS, 2021, p. 109), vista. Sem esperar por milagres, ou realmente voltar a cair em tipos de sentimentalismos.

O psicanalista húngaro Sándor Ferenczi, por exemplo, chegou a considerar que “nenhuma análise poderá ter êxito se não chegarmos, no seu decorrer, a amar realmente o paciente” (FERENCZI, 1990, p. 171). “Somente a simpatia cura. A compreensão é necessária para poder utilizar a simpatia no momento adequado (análise) e da melhor maneira. Sem simpatia, não há cura” (FERENCZI, 1990, p. 248). “A presença de alguém com quem se possa compartilhar e a quem se possa comunicar a alegria e o sofrimento (amor e compreensão), CURA o trauma. A personalidade é reunificada. ‘CURADA’. (Como “glue”)” (FERENCZI, 1990, p. 248). A ponderação é pertinente, essencialmente para o entendimento de o quê funcionaria num ‘espaço para o ruim’. Talvez a hipótese ferencziana passasse pela relevância da presença e da compreensão simpática. Olhar e entender uma raiva poderia, mais do que ser salutar, sanar propriamente.

De outra forma:

Na verdade, o amor não “cura”, no sentido da assistência social ou da psicanálise. [...] Na assistência social (como na psicanálise), certos fatores, como confiabilidade, a segurança, [...] proporcionam um ambiente especializado, ao lado de um período de tempo, no qual fatores internos altamente complexos no indivíduo e entre vários indivíduos do grupo de clientes podem se reordenar. O clima “bom” (ou, eu diria, “satisfatório”) capacita um cliente a rever sua relação com climas que não eram, ou não pareciam ser, bons (ou satisfatórios). Além disso, em casos complexos, [...] desenvolvem-se períodos ruins na situação de assistência social [...]. Os assistentes sociais precisam ser capazes de suportar essas ocasiões ruins. (WINNICOTT, 2005, p. 171).

“Não se pode esquecer que satisfatório ou suficientemente bom é, em Winnicott, algo que inclui as falhas, faltas e erros; e que suportar ocasiões ruins não é o mesmo que dar a outra face”, sendo mesmo “inclusive perceber que isso tem um custo, que será necessário cuidar disso e não somente ‘ser gigante’ para aguentar” (MARTINS, 2021, p. 110). E o ruim deverá advir, nem como fetichizado, nem como recusado (riscos comuns e caros), enquanto que para o profissional deverá “ser evidente a capacidade de identificar-se com o paciente sem perder a identidade pessoal” (WINNICOTT, 1984, p. 10). Sobreviver é importante e mesmo é uma meta, mas não é a solução em si, apenas uma parte. E a mistura é limitada, tem limites.

Enfim, pensamentos diversos para se pensar sobre o quê, afinal, operaria no âmbito desse funcionar de despejos. Mas, até aqui, repassamos alguns pontos teóricos de um trabalho – geralmente

não tido como trabalho – com o ‘material humano’, especialmente derivando-o, de modo resumido e adaptado, do conteúdo elaborado na tese de Martins (2021). Tal conteúdo ainda segue como base inspiratória das reflexões que se seguem, porém o aspecto que nos interessa agora não fora mais do que apontado lá, cabendo seguir novas e distintas explorações disso precisamente por aqui.

2.3 TECIDO SOCIAL, ÓRGÃO VITAL

Lineu - Eu posso fazer uma consideração a mais. No ensaio de Elias Canetti, cujo nome é O ofício do poeta, ele cita uma carta de um poeta escrita no dia 23 de agosto de 1939, uma semana antes de a Segunda Guerra Mundial começar; uma carta para um amigo que dizia assim: “Agora, infelizmente, tudo já passou. Se eu tivesse sido realmente um bom poeta a guerra não aconteceria.” E ele (o Elias Canetti) conta que no começo ele achou essa frase arrogante, jactanciosa e, depois, diz que não conseguia se livrar dessa frase. Essa frase foi meio que o envelopando, ele não a conseguia largar. E com o passar do tempo, ele foi achando que esse poeta tinha razão, que tinha razão de se sentir responsável pela destruição que estava acontecendo no mundo (SILVA FILHO, 2015, p. 34-35).

Rasgado, esgarçado. Descolado, infértil ou improdutivo. Inacabado ou malfeito. Desfeito ou não feito mesmo. Com o que nos deparamos quando chegamos a uma região de trabalho como a “Cracolândia”? ‘Região de trabalho’, ‘região de guerra’, ‘região de não fazer nada’. Quantas ordens de trabalho ali a serem feitos? É nítido que se se depara com uma ruptura social de amplo espectro. Usuários de um lado, profissionais de outro, moradores. Cada uma dessas categorias abrindo-se para uma gama diversificadíssima de ‘partes’. Profissionais teriam incluídos desde agentes de saúde até policiais. Moradores poderiam ser divididos em antigos, novos e passageiros; que saem de casa ou que ficam trancados em casa. Usuários, então, que infinidade complexa de subtipos poderia se especular. Isso sem nem entrar no mérito de suas disposições ‘humorais’: ‘revoltados’, ‘passivos’, ‘coniventes’ e tantos mais. Mais ricos ou mais pobres. Que se importam ou que não se importam? Difícil haver os que não se importam, embora a qualidade desse ‘se importar’ seja – uma vez mais – tão diversa e complexa. Incomodados que se mudem? Cada um que se vire com sua raiva e com o que sente?

O cenário básico encontrado é o de desenlaço, de falta de laços, de um vertiginoso buraco entre as partes. Não é ‘ninguém é de ninguém’, é ‘ninguém tem qualquer ideia de ninguém’. Uma não sabe de nada de outra. A indigência é mútua e avassaladora – embora não se possa dizer que a indelével marca da miséria seja carregada por todos, porque não é (aliás, esta marca é muitíssimo exclusiva e distinta; quem a traz, não é não notado; ‘passar fome’ – e isto pode ser substituído por tantas e tantas outras ‘misérias’ – pode ser duramente superável, mas não esquecível). Entretanto, não se trata mesmo de uma dimensão redutível ao econômico, por maiores que sejam as raízes e afluentes desse rio de

tormentas. O ponto é que não há compartes, compartimentos ou compartilhamentos. Não há conjunto. Não há troca e, portanto, não há espaço.

Um último ensejo imediato:

Um funcionário poderia dizer: *“Porra, acordei cedo, peguei busão às quatro horas da manhã, pra chegar aqui e ser maltratado por X, pra Y faltar no atendimento, Z cuspir na minha cara – o cara não dá valor, eu tentando ajudar e o cara não coopera: aí não tem jeito”*; *“essa bomba dessa empresa faz eu exceder meu horário de trabalho, e quando eu peço um dia de folga, ainda sofro punição e perseguição”*; *“os funcionários daquela instituição são todos vagabundos, não fazem nada aqui no território”*; *“fulano faz o que quer, faz merda e não acontece nada com ele porque tem costa quente”*; *“por que que aquela empresa sempre ganha mais financiamento e isso nunca tem uma reverberação para nós funcionários que trabalhamos nela”*. Um usuário poderia dizer: *“Esse bando de playboy acha que sabe de tudo da vida”*; *“vocês se preocupam mais com nóia que com trabalhador”*; *“eu vou ter que usar droga, então, pra ter prioridade: eles ganham vaga nas consultas, nos hotéis, e eu fico sem?!”*; *“cês não tão ligado de nenhum veneno que a gente passa”*, *“cês vem aqui, fingem que fazem coisas legais, mas depois vão dormir na casa de vocês”*, *“não são vocês que apanham todos os dias da polícia”*. Em uma reunião de uma instituição: *“A gente não tem dinheiro para comprar papel higiênico, temos que pôr do nosso bolso, enquanto que lá naquela outra tem até funcionário pra servir o cafezinho”*; *“quem tem reconhecimento nas matérias de jornal? Que instituição que o prefeito vai visitar? Por que aquela instituição tem mais reconhecimento governamental e tudo o que a gente faz é lixo e boicotado, sendo que na prática nossas ações são semelhantes”*. (MARTINS, 2021, p. 108).

Se as oposições são flagrantes, não necessariamente os furos ficam gritantes. Destrocas e destroços, fragmentados, esparsados e em disparate, o que confunde.

Olhamos para uma deserção. É deserto e deserdado. Por mais pessoas que haja e ajam ali. Solidão em presença sempre doeu mais. Mas vazio dói sempre.

E como é que se rejunta? Como fazer rejunte? Pergunte ao pedreiro, ao obreiro? Argamassa para as partes separadas. Buscar integração? Fazer pontes? Talvez não seja simples assim, não. Não se trata de uma teoria do preenchimento. Da ocupação. E interstício ou quarto de despejo seriam já partições bastante especializadas, localizadas e localizáveis (localizantes também – desde onde se orienta). Ao menos seus recortes psicológicos, como ligeiramente traçado anteriormente, dão vislumbre mais preciso. O corte ousado e pretensioso seria justamente o de delimitar o que é cultura, e como ela se cultiva – como se cultivam laços, desburacamentos, sem ser com preenchimentos.

Interstício foi mesmo nome genialmente escolhido. Muito recentemente (entre 2015 e 2018¹) se elevou, na área da fisiologia humana, o interstício ou o compartimento intersticial a uma nova categoria: um órgão e si. Ainda um pouco oficioso, mas que passava suficientemente despercebido por

¹ JOHNSON, Alex. Interstitium: Scientists say they've discovered a new human organ: The interstitium was right there under our noses (and skin) all along, but it took a new way of examining tissues to figure it out [March 27, 2018, 10:57]. NBC News. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/health/health-news/scientists-say-they-ve-discovered-unknown-human-organ-could-help-n860601>. Acessado em 12 dez 2020.

não haver como ser notado ao microscópio simplesmente. Sabia-se da sua existência, mas supunha-se como somente um tecido conjuntivo denso. Só que não é apenas um espaço entre células. Não é só um “espaço” (Vazio? De nada?) entre a pele e os outros órgãos. Um espaço completamente dinâmico e variável, cujo volume se altera completamente (em gênero, número e grau) dependendo das condições de saúde. É todo um mundo ali. A biologia nos ajuda. Aliás, é mesmo como nos lembramos da professora Cunegundes ensinando sobre o que é ecologia: ‘são os animaizinhos? Não! São as plantinhas? Não! É o planeta inteiro? Não!’, e continuava: ‘analogamente, o que é uma escola? São os aluninhos? Não! São os professores? Não! São os aluninhos mais os professores? Não! É o prédio com uma plaquinha ‘escola’ na frente? Não! Já sei: alunos mais professores mais prédio, qual tal? Não!’, após brincar com a inclusão de mais um sem números de outras possíveis partes de uma escola, como um funcionário da limpeza ou mesmo um extintor, a professora finalizava (sempre acrescentando-lhe um ‘Não!’): ‘Uma escola não é a soma de partes, mas a própria relação entre partes. Não conseguimos tirar um retrato de uma relação. É algo que está no ‘entre’, mais do que a conjunção propriamente. É uma forma de agir e se relacionar entre si. Como é que se ilustra isso? Bom, os melhores ecólogos só conseguiram fazer isso com esquemas de flechas... não é grande coisa, mas foi algo do que conseguimos’. Como ilustrar uma relação? Uma modalidade de relacionar-se, de interação, interagir? Como enxergar um interstício que não fica visível ao microscópio, por melhores que fossem as técnicas de impregnação e tintura? Na Escola de Medicina da Universidade de Nova York, em 2015, foi muito acidentalmente que, ao realizar um procedimento com uma tecnologia chamada laser confocal endomicroscópico associada com substância fluorescente (técnica que funciona ‘em movimento’), se descobriu uma anatomia que não correspondia a nenhuma previamente conhecida. Tiveram que criar uma nova técnica para observar o novo ‘território’. O caso é que o território é muito enormemente um funcionamento, uma série de relações – que até possuem e servem como redes de contato e intercomunicantes, embora não se resumam a isso.

Separar-se-ia cultura de tecido conectivo? Qual seria a própria natureza da cultura? Arte é cultura, museu é cultura, comportamento é cultura. Vazio é cultura? Pausas musicais são cultura?

Ao se deparar com abismos sociais, não somente econômicos, o marcante é o desconexo. Em tempos de interconexão, de internet que conectaria interespaços, possibilita acessos e alcances, praticamos polaridades máximas, bipolaridades distanciantes: prova de que não se trata de mero veículo de intercâmbio.

Não bastará marcar reuniões com todos os partícipes do território. Não é isso. Não é espaço burocrático, obrigatório ou compulsório, mesmo que requeira certa continuidade. Não é ligação de lados de um muro intransponível. Talvez muito mais a composição de um arejamento comum. Não é

um ‘amor’ que cola as partes, nem exatamente uma presença de confiança. Não é só espaço para ódio, ou mera área do cafezinho e do cigarro. O difícil é retratar o que não é só uma simples coisa em si. Pode ser a área do bebedouro. Mas não é necessariamente. Nem comporá uma unidade indissociante. Nem é somente não fazer nada, como espera do espontâneo, completamente contingente e surpreendente. Não é trabalho de formiguinha, mesmo que suas responsabilidades se encaminhem. Durante anos a pele foi chamada de maior órgão do corpo humano. Quiçá hoje esse título tenha mesmo sido passado ao interstício.

Uma ‘área de convivência’ sem com viver, não serve.

É óbvio que muitas determinações econômicas e de seus interesses se mantêm inescapavelmente em jogo. Mas a desgraça da tessitura social, que compreende despejos e interstícios, não se esgota, a despeito de ter ares de esgoto. Ambivalência inerente, vale ressaltar. Cultura que muda, importante repensar. Pois tem isso: como muda cultura?

Retomando a museologia (que estuda as relações entre a sociedade e seu patrimônio, enquanto conservação, organização e promoção de acervos, que podem ser artísticos, históricos, científicos, culturais e até mesmo coleções particulares), um risco que se está tentando salientar é o de se valorizar em demasia o aspecto material. Um museu é um efeito em si ou deve promover efeitos? Como se medem os efeitos de um museu, da existência de um museu? Espaços destinados a trocas e comunicações, arquivos e documentações, pesquisas e investigações, são facilmente elencáveis enquanto museus. Armazena-se para não se esquecer, para se fazer distinto talvez. Como um monumento em praça, marcando a história. História viva. Tem museu que é produto de saque – que o digam os gregos que recentemente exigem que museus londrinos devolvam-lhes esculturas do Partenon. Como formar memória? E alterar comportamentos? É mesmo conversa de transmissão. É preciso lembrar o que é facilmente apagável? Registrar o que se perde, pra não mais ser. Então, seriam os efeitos de um museu recolhíveis em mudança de comportamento social? Pra saber se um museu teve efeito, observa-se se voltam a aparecer ditadores ou guerras. Talvez, de fato, museus sejam muito mais os efeitos, resquícios do que foi, ao invés de mais produtores de efeitos. Ou querer-se-ia deles a história do ponto de vista da memória? Se a história já fora contada desde o ponto de vista dos vencedores, já fora pensada desde o ponto de vista dos derrotados, desde o ponto de vista da puta, desde o ponto de vista de Eros (certamente muito da história tem sido contada desde as ligações de vida), ou desde o ponto de vista das caritas, da caridade, a história construída desde a caridade, do ajudar. Há quem defendeu a história desde o ponto de vista da Ira, que indiscutivelmente moveu montanhas: boa parte das mudanças históricas inquestionavelmente fora agenciamento de iras. Haveria que agora se ponderar sobre a história contada desde a perspectiva da responsabilidade? Uma

responsabilidade que encarasse que libertações implicam em aniquilações? Que não se trata de reconciliações? Delicado eixo. Abrasivo temático. A fraternidade haveria como superar a igualdade? Provavelmente precisasse.

Poderia o poeta evitar a guerra? Teria ele essa responsabilidade? Se fossem bons o bastante, para descrever as realidades e criar as ficções humanas, representar e ilustrar os ânimos, cultivar e inspirar a emoção, haveria diferente modo de destruição (já que não seria o caso de não incluir isso)?

“Tudo, porém, já passou. Fosse eu realmente um poeta, teria necessariamente podido impedir a guerra”. Que disparate!, dir-se-ia hoje, quando se sabe o que aconteceu desde então. Que pretensão! O que teria um indivíduo podido impedir, e por que justamente um poeta? Pode-se conceder uma reivindicação mais distante da realidade? E o que diferencia essa frase do estilo bombástico daqueles que com suas frases conscientemente deram origem à guerra? Li a frase com irritação e, com irritação crescente, anotei-a. Encontrei aqui, pensei comigo, o que mais me repugna nesta palavra “poeta” – uma pretensão que está em crassa tradição com aquilo que um poeta poderia alcançar, um exemplo da jactância que desacreditou essa palavra e nos enche de desconfiança, tão logo um membro da corporação bata no peito e comece a desfiar seu rosário de objetivos magnânimos. Então, ao longo dos dias que se seguiram, percebi, para meu espanto, que a frase não me deixava, que sempre voltava-me à mente, que eu a retomava, dissecava, repelia e voltava a retomá-la, como se coubesse apenas a mim encontrar nela um sentido. Era já estranha pelo modo como se iniciava – “Tudo, porém, já passou” –, expressão de uma derrota completa e desesperadora numa época em que as vitórias deveriam começar. Porquanto tudo estivesse voltado para essas vitórias, a frase exprime já o desconsolo do fim, e de modo como se este fosse inevitável. Porém, examinada mais de perto, a frase propriamente dita – “Fosse eu realmente um poeta, teria necessariamente podido impedir a Guerra” – contém o oposto da jactância, vale dizer, a confissão do completo fracasso. Mais ainda, exprime a confissão de uma *responsabilidade*, e, aliás, ali onde – e isso é o mais admirável nela – menos se poderia falar de responsabilidade, no sentido usual do termo. Neste ponto, ele que manifestamente pensa o que disse, pois o fez em sua intimidade – se volta contra si mesmo. Não afirma sua pretensão, mas desiste dela. Em seu desespero em relação àquilo que necessariamente está por vir, acusa a si próprio, não aos verdadeiros responsáveis, os quais certamente conhece muito bem – pois, se não os conhecesse, pensaria de modo diferente sobre os dias vindouros. Assim, resta uma única coisa como fonte da irritação sentida a ideia que ele faz do que deveria ser um poeta, e o fato de que se considere como tal até o instante no qual, com a eclosão da guerra, tudo desmorona para ele. E justamente essa pretensão irracional à responsabilidade que me seduz e me põe a pensar (CANETTI, 2011, p. 312).

Não é um evitar, mas um responsabilizar. Um fazer campo que não é um resolver. Um seguir, conseguindo perder.

É um número excessivamente massivo de pessoas aí. Que perdem os contatos possíveis entreatos. Não bastará jogar com causas. Se pra um celular que caiu na água, basta deixá-lo no arroz até que a água seja seca, a fonte do prejuízo se extinga, não é o mesmo que podemos fazer quando um celular cai no fogo. Trocar peças? Compor novas? Esquecer o celular? Investir no interstício? É um tecido novo, a ser tecido, o social. Se com carnaval, salão de ódios ou baile de cigarros, o constructo é que se mostre como um olhar trocado deixe momentos complexos de retorno. Que haja espaço entre, não claramente ocupado. Que interação não precise de convenção ou imposição, e a revanche jogue e conjugue no plural.

3 CONCLUSÃO

O objetivo aqui foi delinear elaborações que detalhassem elementos relacionados à assistência à saúde em contextos vulneráveis, embora mais essencialmente os circunlóquios estivessem voltados para a reflexão sobre o próprio tecido social, sua composição e funcionamento. Destacou-se a função do espaço intersticial, tanto para eventos intra-institucionais locais quanto para dimensões sociais mais amplas. Ademais, finalizou-se o percurso com uma breve discussão sobre a responsabilidade enquanto sentido básico e mínimo da existência humana – conquanto muito mais sobre este tema ainda precise ser explorado (esta foi uma síntese e princípios para discussão; águas hão de rolar).

REFERÊNCIAS

- BION, Wilfred. *Uma memória do futuro I – O sonho*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BION, Wilfred. *Seminários na Clínica Tavistock*. São Paulo: Blucher, 2017.
- CANETTI, Elias. *A consciência das palavras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CASTANHO, Pablo de Carvalho Godoy. *Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições*. 2012. 339 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DIAS, Mauro Mendes. *Os ódios: clínica e política do psicanalista, seminário*. São Paulo: Iluminuras, 2012.
- FERENCZI, Sándor. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes: 1990.
- MARTINS, Raonna. Caroline Ronchi. *"Fazer nada" como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios*. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- MELTZER, Donald. *O processo psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.
- RATTI, Fabiana; ESTEVAO, Ivan. Instituição e o ato do psicanalista em sua extimidade. *Opção Lacaniana Online*, v. 18, p. 1-12, 2015.
- ROUSSILLON, René. Espaços e práticas institucionais: quarto de despejo e o interstício. In: KAËS, René et al. *A instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
- SILVA FILHO, E. A. Conversa com Meg Harris Williams e Jansy Berndt de Souza Mello - 24 de outubro de 2014. *Boletim Formação em Psicanálise*, São Paulo, v. 22, n. XXII, jan./dez. 2015.
- WINNICOTT, Donald. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, Donald. *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1984.
- WINNICOT, Donald. *O gesto espontâneo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZYGOURIS, Radmila. Por uma psicanálise laica. *Revista Percurso*, n. 45. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=138&ori=entrev. Acesso em: 10 nov. 2020.